

Etnografia e o Ensino de História:

algumas possibilidades

Por Caroline de Mattos de Moraes¹

Resumo

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa que está em andamento pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que tem como ponto principal o professor em início de carreira, este período estipulado em até cinco anos de graduado. Para explorar este personagem utilizaremos da metodologia etnográfica, visto que o objetivo central do trabalho é analisar o professor em sua construção profissional em seu ambiente de trabalho, a escola. Para esta discussão proponho a utilização da etnografia como possibilidade para o ensino de História, visto que essa metodologia é bastante abrangente e vem ganhando fôlego na pesquisa educacional. É uma metodologia qualitativa, que pretende, por meio de observações, que serão relatadas em um diário de campo, e entrevistas um aprofundamento do pesquisador no espaço do grupo que pesquisa. Ganhou força nos anos 1960 com os movimentos sociais e estudantis pelo mundo e aguçou a vontade de saber o que acontecia, de fato, nas escolas e salas de aula. No Brasil, esse paradigma ganhou impulso a partir dos anos 1980. A etnografia nos inquieta o olhar acerca de pontos habituais em nosso cotidiano, neste caso, o olhar sobre o professor em início de carreira.

Palavras-chave: Professor Iniciante, Etnografia, Ensino de História.

Abstract

This work is part of the research project that is underway in the Graduate Program in History at the Universidade Federal Rio Grande (FURG), which has as its main point teacher in early career, this period stipulated in up to five year graduate. To explore this character will use the ethnographic methodology, since the central purpose of labour and analyze the teacher in your construction professional in your work environment, a school. Discussion for this propose the use of ethnography as possible for teaching of history, since this methodology is quite comprehensive and comes gaining momentum in Educational Research. And a qualitative methodology, aims what, why notes media, which will be reported in the field diary and interviews a deepening make researcher no space do that search group. Gained strength in 1960 with the social movements and student Around the world and sharpened the saber will what happened, in schools and classrooms. In Brazil, this paradigm has gained momentum from the year 1980 ethnography in restless the look about usual points in our daily life, in this case, the glimpse of the teacher in early career.

Keywords: Professor Beginner, Ethnography, History of Education

¹ E-mail: caroliinee_moraes@hotmail.com

Introdução

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa que está em andamento pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que tem como ponto principal o professor em início docente, este período estipulado em até cinco anos de graduado e não releva a idade cronológica dos professores. Para explorar este personagem utilizaremos da metodologia etnográfica, visto que o objetivo central do trabalho é analisar o professor em sua construção profissional em seu ambiente de trabalho, a escola.

Este tema chega a minha pessoa, pois também sou professora em início de carreira e através de uma atividade disciplinar do Programa de Pós Graduação em que estou inserida. A atividade consistia em realizar uma entrevista com um professor, por acaso eu entrevistei um professor e início de carreira. A temática foi sendo lapidada e atualmente e desenvolvida por meio da etnografia.

A presente proposta é discutir acerca de novas possibilidades para o ensino de História e a produção de fontes. A metodologia etnográfica no ensino em geral vem ganhando fôlego desde a década de 1960 e no Brasil, a partir de 1980. Podemos atentar para o fato de que no Brasil o ensino, em particular o ensino de História mostra bastante transformações ao longo do tempo e não podemos deixar de mencionar que essas mudanças acompanham as necessidades da sociedade.

E assim, como é sabido, o ensino de História presenciou muitas transformações e reformas, principalmente para atender as demandas sociais. Hoje em dia várias metodologias qualitativas nos aproximam de um fazer histórico mais humano pois cada vez mais o ser humano é o foco das pesquisas, tentamos cada vez mais compreender o homem no tempo e na sociedade e que se encontra.

Nossa proposta de produção de fontes aqui é voltada para o ser humano e as suas significâncias enquanto indivíduo e no coletivo. A etnografia busca mostrar as singularidades e as peculiaridades que uma pesquisa em documentos “oficiais” não se encontrariam. Nessa metodologia o historiador produz e analisa as suas próprias fontes.

A pesquisa etnográfica é uma ramificação da Antropologia e assim, uma metodologia qualitativa, que pretende, por meio de observações um aprofundamento do pesquisador no espaço do grupo que pesquisa.

Ganhou força nos anos 1960 com os movimentos sociais e estudantis pelo mundo e aguçou a vontade de saber o que acontecia, de fato, nas escolas e salas de aula. No

Brasil, esse paradigma ganhou impulso a partir dos anos 1980.

Para André (1995), a pesquisa de cunho etnográfico oportuniza a tentativa de entender os mecanismos escolares, as relações e interações que se estabelece no âmbito escolar. Tentar entender, em nosso caso, o professor em relação a estes mecanismos.

Esse processo contínuo de anotação e descrição na pesquisa etnográfica possui uma finalidade, pois é por meio desses dados que buscaremos relacionar fatos aparentemente singulares a outros acontecimentos, pois uma das questões fundamentais para a etnografia é a dimensão da totalidade. (OLIVEIRA, 2013, p. 175)

A observação deve ser anotada, a realidade deve ser relatada. É um exercício complexo, mas necessário, pois segundo Amurabi Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco, 2013) *“isso dá na imersão da cultura do outro, na necessidade compreender “de dentro” uma dada realidade”* (p. 177).

Assim, o pesquisador que utilizar a etnografia deve estar ciente sobre o trabalho minucioso que deverá executar. Desse modo, o presente será sobre essa metodologia que nos possibilita olhar além do que estamos acostumados, a etnografia. Tudo nos passa muito depressa, tudo ocorre de maneira mais rápida, tanto que nosso olhar se habitua facilmente com o cotidiano. Se tratando em particular do processo ensino-aprendizagem é muito mais comum não nos impressionarmos.

Ensino de História: um panorama geral do Brasil

Podemos começar explanando acerca do ensino de história no Brasil, as conjunturas, as rupturas e as permanências ao longo do tempo. Atentaremos para o fato de que a organização de ensino e do saber esta intimamente ligada a Igreja Católica. No Brasil chega através da Ordem Jesuítica, que era responsável pela catequização e alfabetização indígena. Os jesuítas e seus conhecimentos históricos ainda não tão organizados como vemos hoje. A partir disso, as disciplinas surgem do interesse de instituições como e sobretudo da Igreja e do Estado.

“A designação utilizada atualmente define como disciplina escolar o conjunto de conhecimentos identificado por um título ou rubrica e dotado de organização própria para o estudo escolar, com finalidades específicas ao conteúdo

de que trata e formas próprias para sua apresentação”.
(FONSECA, 2011; p. 15)

Até o século XVII, a História caracterizou-se por continuar se apoiando fortemente na religião e a História humana se baseava na intervenção divina. Nos dois próximos séculos, podemos notar contornos mais precisos e uma forte influência positivista e também marxista.

A partir dos anos 60 e 70 do século XX, notamos que o foco das discussões eram as teorias de reprodução, que segundo Fonseca (2011) foi fruto do estruturalismo do período. Também negavam “*à escola o papel de corretora das desigualdades, reconhecendo nela a função de perpetuadora das mesmas*”. (FONSECA, 2011; p.17). Ainda na década de 70 o foco das discussões se aprofundou no conhecimento escolar, nas bases sociais e em como se escolarizar e quais saberes a serem ensinados. O que nos indica um contorno mais semelhante ao que entendemos por disciplina hoje em dia.

Como, podemos perceber o homem como foco das pesquisas ainda não era comum. O homem no seu individual e no seu coletivo e podemos pensar no âmbito do ensino, como professores, alunos, diretores, funcionários da escola em sua subjetividade não foram cerne de pesquisas até pouco tempo.

Assim, a História, como campo de conhecimento, assumiu maior organização de seus métodos, sendo viável sua conversão em disciplina escolar. O principal objetivo da disciplina era mostrar o passado glorioso e os grandes nomes da pátria. A historiografia era interligada ao Estado e com os detentores do poder. Dessa maneira, sendo a asserção das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos, favoreceu-se a posição principal no âmbito das disciplinas escolares, explicita Thais Nivia de Lima e Fonseca (2011).

É difícil precisar uma data, mas foi após a Independência do Brasil que a disciplina História começa a se constituir como conhecemos atualmente. Assim, se seguiu o processo de produção de um sistema de ensino voltado para o Império. Notamos, então a disciplina delimitada com objetivos e personalizada como “*conjunto de saberes originado da produção científica e dotado, para seu ensino, de métodos pedagógicos próprios*”. (FONSECA, 2011; p.42).

Ainda podemos citar que as reformulações se mostram frequentes, visto que na transição Império para República a memorização e repetição oral eram a metodologia utilizada. Já no século XIX, observamos uma difusão maior do patriotismo e do espírito cívico. As disciplinas História, Geografia e Língua Pátria faziam parte do chamado

“tripé da nacionalidade”. O objetivo do ensino nesse período era o de modelar um novo tipo de trabalhador: o cidadão patriótico.

Os anos 20 e 30 do século XX trazem projetos para definir e organizar os currículos e o Ministério da Educação e Saúde Pública são elaborados. Seriam abordadas: a “História da Sagrada”, a “História Universal” e a “História da Pátria”. As discussões sobre o que deveria ser ensinado compreendiam os conflitos políticos e sociais travados entre o Estado e a Igreja. Também, segundo Fonseca (2011), ocorre a laicização e, então, ficamos com o Estado laico e centralizador do processo educacional. “*Havia, no entanto, a necessidade da modernização, que implicava o envolvimento de setores mais amplos da população, não apenas pela via econômica, mas também pela via educacional*”. (FONSECA, 2011; p.44)

O liberalismo do século XIX esboçava o papel da educação no que tange a formação do cidadão que produz, obedece e se conforma. Cada vez mais a estruturação do sistema educacional no Brasil passa a ser controlado pelo Estado e unido em seus programas e currículos. Entretanto, Fonseca (2011) traz também a reflexão que, desde o período colonial, havia a preocupação com o estabelecimento de instrumentos que centralizassem o poder educacional e que fiscalizassem a população.

Ao fim do século XIX, observamos a diminuição da população escrava e a crescente incorporação desses grupos à ordem social, como é sabido até hoje, sua aceitação não foi de fácil.

O cenário em que a História se compõe como disciplina escolar é entre o final do século XIX e até os anos 30 do século XX, no qual as elites colocavam a questão da identidade no centro de suas considerações sobre a construção da nação, “*o que as levou a considerar detidamente o problema da mestiçagem, visto na sua perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que envolvia a população afro-brasileira*” (FONSECA, 2011; p.46).

No início do século XX, alguns autores arriscavam na efetividade do ensino de História na formação do cidadão adaptado à ordem social e política vigente. No século XIX, já se estabelecia reflexões sobre essa temática, mas, somente no século seguinte, que se intensificou. Thais Nívia de Lima e Fonseca (2011), argumenta também sobre a preocupação de romper com a justaposição entre a História sagrada e a profana. Nesse intuito é introduzida uma nova disciplina escolar “Instrução de Moral e Cívica”, que objetivava reforçar o patriotismo.

A “nacionalização” dos estudos, segundo Fonseca (2011), foi o movimento que cresceu depois da I Guerra Mundial e que aos poucos foi ganhando espaço nas escolas brasileiras. Os anos 1930 e 1940, em suas reformas no sis-

tema educacional, favoreceram a centralização das políticas educacionais. Este fato gerou a consolidação da disciplina História. O Ministério da Educação surge com programas e instruções sobre metodologias de ensino. As escolas perderam sua autonomia, mas “*essa centralização significava, na prática, a unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais*” (FONSECA, 2011; p. 52).

“Programas curriculares e orientações metodológicas paupavam-se, assim pela ideia de construção nacional que, a partir das nações pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente. Mesmo com a adoção de maior grau de “cientificidade” para o ensino de História, algumas matrizes da História sagrada foram estrategicamente mantidas, em atendimento a pressões de setores católicos ligados à educação”. (FONSECA, 2011; p.54)

Mesmo tendo diferenças em relação aos programas anteriores, na década de 50, o ensino de História manteve-se estreito às práticas tradicionais. Em 1964, com a instalação do Regime Militar, alguns aspectos se enraizaram no ensino de História. Na formação dos jovens permaneceram os fatos políticos e as biografias de grandes nomes do cenário brasileiro, inclusive muitas figuras ligadas ao Militarismo. Ou seja, a visão tradicional da História.

Após 1964, o ensino adentrou na combinação de “*medidas de restrições à formação e à atuação dos professores e com uma redefinição dos objetivos da educação, sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento [...]*” (FONSECA, 2011; p.56)

Nesse momento da história do Brasil, a disciplina teve de se enquadrar aos moldes do Estado autoritário. Assumiu caráter moralizador e ideológico, como justificativa de um país seguro.

O ensino diretivo e a não criticidade dos fatos eram a base para o programa aplicado pelo Regime Militar. A figura autoritária do professor, predominância do livro didático, passividade do aluno eram os métodos que deveriam ser utilizados. A organização dos conteúdos, ao menos, seguia a ordem cronológica usual. O que podemos atentar é que o processo de ensino-aprendizagem era caracterizado pelo professor transmissor de conhecimento e o que determina tarefas e o aluno aquele que recebe os conhecimentos e realiza o que lhe foi mandado.

A crise do Regime Autoritário, no final dos anos 1970, abriu um leque de novas possibilidades para transformações no ensino de História. Essas práticas começaram nos anos 1980, ocasionando a formulação de novas

propostas metodológicas e novos programas. Em alguns estados os debates e os embates sobre a implementação de novas propostas foram mais acirrados.

“A nova proposta, ao operar uma inversão no sentido do ensino de História, apresentava a necessidade de rearranjo na seleção e na estruturação dos conteúdos, na opção por uma nova metodologia de ensino, o que naturalmente exigiria novas posturas por parte dos professores, em relação à concepção de História e de Educação e suas respectivas funções sociais”. (FONSECA, 2011; p. 62)

Em 1986, o programa almejava uma prática totalmente inovadora e diferenciada, como evidencia a autora na citação. Professores e alunos envolvidos no processo histórico e educacional, o privilégio dos grandes feitos e nomes era deixado para trás. Enquanto se incorporava “*a luta de classes e as transformações infraestruturais para explicar a história*”. (FONSECA, 2011; p.63). Essa prática ganhou o Brasil, mas seu berço foi Minas Gerais.

As mudanças que ocorreram a partir da década de 1980 no Brasil trouxeram a necessidade de se ter materiais condizentes com os novos rumos no que tange ensino de História. Os autores de livros didáticos tentaram se adaptar à demanda.

“A constituição da disciplina escolar História e a organização de seu ensino nas escolas brasileiras esteve envolvida, desde o século XIX, em discussões políticas eu estavam em relevo, em momentos diversos, conforme vimos anteriormente. Considerando o período do Brasil independente, no qual o Estado passou a assumir a gestão da educação, verifica-se o papel que o ensino de História ocupou, como importante elemento de formação moral, cívica e política das crianças e dos jovens”. (FONSECA, 2011; p.71)

Então, constatamos que o ensino de História e a História, como disciplina escolar, experimentaram muitas mudanças ao longo do tempo. Ao poucos, foram desenhados os conteúdos, as práticas metodológicas e materiais didáticos. Como salienta Fonseca (2011), materiais estes que fossem capazes de atender às diretrizes de grupos dominantes.

Seguindo essa questão, acerca da adequação de aparatos ou maneiras de ensinar história. Atualmente, percebemos uma proposta mais ampla de estudos, por eixos temáticos. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos notar uma divisão feita para melhor delinear o ensino: no primeiro ciclo, o eixo temático se foca na história local e do cotidiano, já no segundo, o eixo temático concentra-se

na história das organizações populacionais. O foco da proposta é trabalhar em torno do tempo e espaço e envolver história social, cultural, política do advento tecnológico que possibilita um ensino mais lúdico.

Nessa perspectiva é que podemos pensar na etnografia como um recurso acessível para um novo fazer histórico, como uma possibilidade de produção de fontes, enfim um caminho para novas oportunidades históricas.

Etnografia e Ensino de História: possibilidades e caminhos

A etnografia, uma ramificação da Antropologia e assim, uma metodologia do campo qualitativo. Ganhou força nos anos 1960 com os movimentos sociais e estudantis pelo mundo e aguçou a curiosidade de saber o que acontecia, de fato, nas escolas e salas de aula. No Brasil, esse pensamento ganhou espaço a partir dos anos 1980.

A pesquisa etnográfica “*traz novo olhar para a realidades educacional até então ausente, ou pelo menos pouco visível...*” (OLIVEIRA, 2013, p.168). Pensando dessa maneira, a etnografia nos inquieta a questionar pontos que estamos acostumados.

Procuremos focar no âmbito escolar, o professor, o aluno, o funcionário personagens tão corriqueiros no quadro educacional e na sociedade, em especial o jovem professor e sua efervescência profissional, ainda é um foco novo no campo da pesquisa educacional.

Temos que atentar para o historiador que desejar seguir o caminho etnográfico, deve estar disposto e comprometido com o grupo a ser pesquisado, pois esse caminho requer dedicação no campo. O caminho que se segue através da etnografia proporciona a investigação das singularidades do cotidiano.

Podemos entender que o fazer etnográfico advém da Antropologia porém dialoga com muitas outras ciências, inclusive a História. Observações, conversas, entrevistas informais fazem parte do processo de investigação.

A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e

formais, as entrevistas não-diretivas, etc. (ROCHA; ECKERT, 2008, p.1)

Pensando no ensino, esse método pode ser desenvolvido nas escolas, nas universidades, trabalhos com alunos ou com professores. Aquelas situações que denominamos “normais” devem ser vistas com outro olhar. No trabalho etnográfico, o olhar do pesquisador deve ser desnaturalizado. Os autores Rocha e Eckert (2008), nos atentam para o engajamento no trabalho de campo. É um exercício longo e constante.

A escrita. As anotações são as peças fundamentais para o investigador, serão elas que guiarão o caminho da pesquisa. O diário de campo e posteriormente a análise deste diário serão peças-chave no desenvolvimento do trabalho. Neste diário deve ser anotado basicamente tudo que está acontecendo, detalhes são muito bem vindos, curiosidades, indagações de quem pesquisa, particularidades de quem é pesquisado. Deve-se deixar bem claro que este modelo de trabalho não tem por finalidade o julgamento, mas sim, narrar o processo histórico em si.

Ele é o espaço fundamental para o(a) antropólogo(a) arranjarem o encadeamento de suas ações futuras em campo, desde uma avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no seu dia de trabalho de campo, dúvidas conceituais e de procedimento ético. Um espaço para o(a) etnógrafo(a) avaliar sua própria conduta em campo, seus deslizamentos e acertos junto as pessoas e/ou grupos pesquisados, numa constante vigilância epistemológica. (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 15)

Rocha e Eckert, acreditam que a escrita é uma etapa complexa para o etnógrafo, pois *“quanto mais ele ou ela se dedicarem ao estudo de práticas cujos contextos culturais são marcados pela forte presença da oralidade na sua forma de expressiva, caso dos estudos de contos e de lendas do folclore popular, de cantos e mitos em sociedades indígenas ou tribais”* (ROCHA; ECKERT, 2008, p.9).

Pensar o outro. O outro indivíduo é a grande questão da pesquisa etnográfica. Para Rocha e Eckert, *“observação é então esta aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, e ao fazermos isto, também buscamos nos conhecer melhor”*. Não podemos contestar que quem faz pesquisas de cunho etnográfico tem de estar preparado a olhar o outro de maneira diferenciada e nesse exercício, também nos olhamos de outra forma.

Em algum momento o pesquisador deixa de ser somente o pesquisador e se integra ao grupo. Há uma troca de experiências, todo o processo deve ser dinâmico, pois

“A presença se prolonga e o(a) antropólogo(a) participa da vida social que pesquisa, interagindo com as pessoas no espaço cotidiano, compartilhando a experiência do tempo que flui” (ROCHA; ECKERT, 2008, p.6). Nesse pensamento, pesquisador e pesquisado aprendem um com o outro, o processo ganha significado para ambas as partes.

O método etnográfico tem as bases nas práticas da observação participante e entrevistas informais, mas há uma preocupação do pesquisador. Deve haver uma reflexão por parte do investigado, deve haver um direcionamento nas entrevistas, sem esquecer de tentar aflorar o lado mais subjetivo de quem estamos investigando, o pesquisador deve ter essa sensibilidade, saber investigar, mas não pressionar quem está sendo pesquisado.

Marli André (1995), acredita que *“o interesse dos educadores pela etnografia fica muito evidente no final dos anos 70 e tem como centro de preocupação o estudo da sala de aula e a avaliação curricular [...]”*. Então até os anos 70 do século XX, as pesquisas nas escolas e salas de aula utilizavam a observação, conhecidos como *“análises de interação”*, pois o objetivo central era mostrar as situações de interação, explana André.

A alternativa apresentada pelos autores, para ultrapassar os problemas encontrados nos esquemas de análise da interação, é a abordagem antropológica. Segundo eles, a investigação de sala de aula ocorre sempre num contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos que, por sua vez, fazem parte de um universo cultural que deve ser estudado pelo pesquisador. Através basicamente da observação participante ele vai procurar entender essa cultura, usando para isso uma metodologia que envolve registro de campo, entrevistas, análises de documentos, fotografias, gravações. (ANDRÉ, 1995, P.37)

André (1995), deixa claro que o método etnográfico vem como uma solução para a efervescência do momento. Nessa prática o pesquisador poderia adentrar mais a fundo no contexto que deseja investigar, pois investigar determinado grupo social exige um *“mergulho”* no seu universo. A etnografia nos possibilita além de registrar situações de interação, mas entender aqueles sujeitos no seu contexto.

Sob a perspectiva da etnografia podemos nos inserir mais no ambiente escolar, tentar trazer a cultura da escola e como o professor em início docente se estrutura neste contexto. Para André (1995), *“conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia...”* (P. 41).

Ainda para André (1995), o aspecto da escola como *“espaço social em que ocorrem movimentos de aproxima-*

ção e afastamento, onde se criam e recriam conhecimentos, valores e significados vai exigir o rompimento com uma visão de cotidiano estática [...]” (ANDRÉ, 1995, p.41). Iremos buscar na singeleza do cotidiano escolar respostas para a construção identitária do professor iniciante. Uma questão que devemos ressaltar é que o ambiente escolar é um campo cercado por várias situações culturais e, por vezes pouco explorado.

A metodologia etnográfica vai nos auxiliar a captar melhor os detalhes dos grupos sociais em seu ambiente de trabalho, em nosso caso, os professores em início de carreira e as suas interações com seus colegas e alunos, sua interação com a instituição e com outros espaços.

A abordagem qualitativa de pesquisa tem suas raízes no final do século XIX quando os cientistas sociais começaram a indagar se o método de investigação das ciências físicas e naturais, que por sua vez se fundamentava numa perspectiva positivista de conhecimento, deveria continuar servindo como modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais. (ANDRÉ, 1995, P.16)

Marli André (1995) traz em sua escrita, o panorama de quando a pesquisa qualitativa começou a ganhar espaço, também constatamos que esta perspectiva colabora em máxima estância com nosso propósito, realizar um trabalho com e sobre professores em início docente e articular este personagem no ambiente escolar.

André (1995) ainda relata que um dos pioneiros a buscar por um método diferenciado foi Wilhelm Dilthey, visto que *“os fenômenos humano e sociais são muito complexos e dinâmicos, o que torna quase impossível o estabelecimento de leis gerais como na física ou na biologia”*. (ANDRÉ, 1995, p.16)

A principal preocupação na etnografia é com o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados. Alguns desses significados são diretamente expressos pela linguagem, outros são transmitidos indiretamente por meio das ações. [...] A etnografia é a tentativa da descrição da cultura. (ANDRÉ, 1995, P.19)

Sendo assim, o caminho etnográfico procura descrever a cultura, no nosso caso, a cultura escolar. Procura entender a relação do externo para os indivíduos, busca mostrar que a realidade está introjetada nas pessoas. Segundo André (1995) essa abordagem em seu princípio foi chamada de “naturalística”, pois estuda o acontecimento ao seu natural.

Bronislaw Malinowski e Franz Boas foram os pais fundadores deste método ao explorarem a distância que separava suas sociedades daquelas por eles investigadas. Suas obras, *Os argonautas do pacífico ocidental* e *A alma primitiva*, respectivamente, são exemplos da experiência de alteridade na elaboração da experiência etnográfica, tão necessária à formação de um antropólogo, mesmo nos dias de hoje. (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 11)

O método etnográfico surge, então, para focalizar o alvo de pesquisas em outras sociedades, além das sociedades europeias e mostrar um pouco das culturas destes outros grupos. Rocha e Eckert (2008), ressaltam que este método foi uma revolução na maneira de produzir conhecimento.

Ainda para Rocha e Eckert (2008), duas palavras são fundamentais para o pensamento etnográfico: estranhamento e relativização. Dois conceitos que foram e são transformadores na maneira de olhar as situações. Como já foi mencionado, o trabalho etnográfico se trata de desnaturalizar o olhar para determinadas conjunturas.

A etnometodologia foi neste caso fundamental para a pesquisa no campo das ciências sociais migrarem de procedimentos e técnicas de pesquisa influenciadas por uma sociologia funcionalista ou positivista para uma microsociologia com grande influência do método etnográfico, em Antropologia. Um exemplo paradigmático é a Escola de Chicago que influenciou grandemente os estudos antropológicos em sociedades complexas, em especial orientando para a análise das práticas culturais no contexto da vida social nos grandes centros urbanos (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 12)

O contato direto do pesquisador para com a questão a ser investigada é essencial na pesquisa etnográfica. André (1995) nos indica que as técnicas etnográficas, participação participante e entrevistas, auxiliam o pesquisador a documentar “o não documentado”, dessa forma desvendar “*os encontros e desencontros que permeiam o dia a dia da prática escolar [...]*” (ANDRÉ 1995, p.41)

Para que se possa apreender o dinamismo próprio da vida escolar, é preciso estudá-la com base em pelo menos três dimensões: a institucional ou organizacional, a instrucional ou pedagógica e a sociopolítica/cultural. Essas três dimensões não podem ser consideradas isoladamente, mas como uma unidade de múltiplas inter-relações, através das quais se procura compreender a dinâmica social expressa no cotidiano escolar. (ANDRÉ, 1995, p.42)

Marli André (1995), nos atenta para o dinamismo que envolve a escola. O ambiente escolar não é estático ou engessado, há muitas situações acontecendo ao mesmo tempo, por isso o trabalho etnográfico ser tão necessário.

O caso etnográfico no ambiente escolar vai se dar por meio do “*contato direto com a direção da escola, com o pessoal técnico-administrativo e com os docentes, por meio de entrevistas individuais ou coletivas ou mesmo de conversas informais, um estudo das representações dos atores escolares [...]*” (ANDRÉ, 1995, p.43).

André (1995), em seu livro sob o título “Etnografia da Prática Escolar”, explicita quando e para que usar o estudo de caso etnográfico, obviamente essa decisão cabe ao pesquisador e quais seus objetivos para a pesquisa.

Segundo Stake (1985) a decisão de realizar, ou não, um estudo de caso etnográfico e muito mais epistemológica do que metodológica. E ele explica: se o pesquisador quiser investigar a relação formal entre variáveis, apresentar generalizações ou testar teorias, então ele deve procurar outras estratégias de pesquisas. Mas se ele quiser entender um caso particular levando em conta seu contexto e sua complexidade, então a metodologia do estudo de caso se faz ideal. (ANDRÉ, 1995, p.50/51)

André (1995), acredita que a vantagem da utilização da metodologia etnográfica é que não se trata de uma teoria fechada e que limita as interpretações, mas abre os horizontes de quem pesquisa.

As qualidades que o pesquisador deve ter e um aspecto também abordado pro André (1995) e seu livro.

Como no estudo de caso etnográfico o pesquisador é o principal instrumento de coleta de análise de dados, haverá momentos em que sua condição humana será altamente vantajosa, permitindo reagir imediatamente, fazer correções, descobrir novos horizontes. Da mesma maneira, como um instrumento humano, ele pode cometer erros, perder oportunidades, envolver-se demais e certas situações ou com certas pessoas. Saber lidar, pois, com prós e contras de sua condição humana é o princípio geral inicial que o pesquisador deverá enfrentar (ANDRÉ, 1995, p.59).

O pesquisador vai se deparar com muitas situações, situações que não podemos prever, obviamente, por se tratar de um caminho que esta envolvido com o ser humano e suas interações. Alguns autores, segundo André (1995), sugerem qualidades e habilidades que o pesquisador deve ter para desempenhar o trabalho etnográfico. “Tolerância à ambiguidade”, pois no caso etnográfico existe muitas incertezas, flexibilidade e nenhuma norma estabelecida;

“Sensibilidade”, o trabalho etnográfico é, por vezes, bastante intuitivo. Deve-se ser sensível, principalmente durante a coleta de dados, desnaturalizando o olhar acerca das questões pesquisadas; “Ser comunicativa”, quem se comunica é empática a quem se expressa. A empatia é um aspecto bastante levantado, pois *“o pesquisador interage com os sujeitos para obter os dados que lhe permitirão compreender melhor o fenômeno e estudo”* (ANDRÉ, 1995, p.62).

Considerações Finais

Uma investigação sobre pessoas, não deve ter um fim, mas um novo ciclo que sempre recomeça. Uma investigação sobre pessoas, não se esgota em si. Por isso, essas considerações devem ser o início para que a pesquisa sobre pessoas comece e recomece sob vários prismas.

Nessa pequena explanação, conseguimos fazer um panorama sobre o ensino de história no Brasil, as transformações que esse ensino viveu, algumas rupturas e permanências. Ainda no seu princípio, o ensino estava intimamente entrelaçado a Igreja Católica. A ordem Jesuítica, responsável pela catequização e também responsável pela alfabetização de índios. Durante muito tempo essa ligação esteve mantida. Aos poucos a História, como disciplina escolar, foi sendo desenhada, influenciada mais tarde pelo Positivismo de Auguste Comte e mais adiante pelo Marxismo.

No Brasil, o ensino de história e a História como disciplina ganham espaço em pesquisas a partir da década de 1920 e 1930. Passamos por um longo período, onde a disciplina tinha o dever de transmitir os feitos de “grandes homens”, uma eterna memorização de datas e nomes. Vivemos um Regime Militar, onde a disciplina e os professores sofreram censuras.

A partir de 1980, um movimento de professores mineiros começa pelo fim do ensino de história censurado, diretivo, rígido. E assim, colocar em pautas melhorias, montar um plano de ensino, em que os alunos e professores tivessem igual importância no processo educacional. Prevendo também a utilização de novas mídias e tecnologias a favor do ensino. Essa movimentação ganhou fôlego no Brasil inteiro.

A etnografia, vem colaborar com as novas necessidades sociais. Não que seja uma novidade, mas é sua utilização na História poderia ser melhor aproveitada. Essa metodologia investiga o ser humano em seu ambiente, o pes-

quisador consegue interagir com o pesquisado e entender melhor as relações estabelecidas no cotidiano.

É um caminho interessante, que exige muita dedicação e tempo de que irá investigar. Aceitação do grupo analisado. O método etnográfico pretende registrar o mais fielmente possível a realidade de quem se investiga, por isso o pesquisador deve desnaturalizar o olhar sob as situações mais rotineiras. São nas singularidades do dia a dia que mora a matéria-prima do trabalho etnográfico.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. Etnografia da Prática Escolar. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 11. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Maria Luiza Tavares; GONÇALVES, Jussemar Weiss. Vidas em compasso de espera: a história dos professores de história, interrogações a partir de uma proposta etnográfica. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/176/134>

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História e Ensino de História. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GUIMARÃES, Selva. Caminhos da História Ensinada. Campinas: Papyrus, 2012.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novos Objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. ETNOGRAFIA: SABERES E PRÁTICAS. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>